

GAL ADREPES

Contributo para o debate público sobre a PAC pós 2013

No âmbito do debate público promovido pela Rede Rural Nacional, a ADREPES apresenta alguns contributos, que no seu entendimento devem ser tidos em conta pela PAC pós 2013.

Devido à exiguidade dos prazos colocados à nossa disposição para a apresentação de contributos, as respostas às questões colocadas a debate serão naturalmente pouco fundamentadas e muito baseadas na experiência que a ADREPES foi acumulando no cumprimento da sua missão de contacto com os agentes do mundo rural da Península de Setúbal e enquanto GAL que tem gerido alguns instrumentos de apoio ao desenvolvimento no âmbito do PIC Leader+ e do Subprograma 3 do PRODER.

1. Agricultura e Desenvolvimento Rural

As áreas da Agricultura e do Desenvolvimento Rural são indissociáveis. A futura PAC deverá ter presente esta constatação e assumir-se como uma política forte e abrangente capaz de dar resposta às problemáticas das zonas rurais europeias. A futura PAC deverá, por isso, continuar a assentar nos seus dois pilares. O 2º pilar deve assumir particular importância para a resposta aos novos desafios que se colocam ao mundo rural como sejam as alterações climáticas, a bioenergia, a biodiversidade, a paisagem, mas também o emprego, a competitividade e questões sociais associadas à melhoria da qualidade de vida e à coesão territorial.

A multifuncionalidade das explorações agrícolas e a diversificação de actividades na agricultura deve ser encarada como uma importante fonte de rendimento complementar.

A avaliação do impacto deste tipo de acções deve ser feita com base nos resultados materiais e imateriais alcançados como a melhoria da formação, o aumento da competitividade, a criação de emprego ou o aumento do rendimento.

2. Modelos de Gestão das políticas

A experiência recente tem revelado uma tendência para a uniformização e centralização da gestão das políticas, deixando pouco espaço para as especificidades nacionais, regionais e locais.

A abordagem Leader tem mostrado ser um valioso instrumento de desenvolvimento local, que assegura a competitividade e a sustentabilidade dos territórios e que, pelo seu carácter local e descentralizado, assegura uma grande eficácia das políticas. Desta forma a PAC deverá promover e incentivar novas formas de gestão, estimulando a participação dos actores locais e a adopção de estratégias integradas e adaptadas à realidade das regiões.

Os resultados alcançados pelo Leader convidam a que a mesma abordagem possa ser aplicada de forma transversal a outras áreas do Desenvolvimento Rural e não apenas à área da diversificação e qualidade de vida, de modo a construir estratégias territoriais coerentes e abrangentes.

A arquitectura dos programas de Desenvolvimento Rural deve ser ágil, flexível e ter em conta as características da administração pública e as necessidades e constrangimentos dos beneficiários das políticas, evitando situações de excesso de regulamentação e elevada carga burocrática que impedem o desenvolvimento harmonioso e sustentável das áreas rurais.

3. A problemática das zonas Periurbanas

A crescente tendência da população urbana em expandir-se para as zonas rurais, traduzindo-se numa urbanização rápida e desordenada tem colocado diversos problemas, levando ao abandono e deterioração das terras agrícolas e consequente descaracterização dos territórios e acarretando enormes custos sociais, económicos e financeiros.

Desta forma os problemas inerentes a este tipo de regiões não devem ser esquecidos pelas futuras políticas que têm a responsabilidade de assegurar a competitividade das actividades agrícolas e a preservação das suas características rurais. Ignorar estas áreas, que representam uma parte cada vez maior da zona rural europeia, pode acarretar riscos de redução drástica das produções agrícolas, descaracterização da paisagem, exclusão social, aumento do desemprego e exponenciação dos custos inerentes aos serviços básicos a prestar às populações.